



EIXO 2: POLÍTICAS, REGULAÇÕES E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

O GERENCIALISMO ENQUANTO CATEGORIA DE ANÁLISE NAS DISSERTAÇÕES E TESES DA CAPES.

Darluce Andrade de Queiroz Muniz

UFU

darluceaq@hotmail.com

Ana Paula Souza Báfica

UESC

paulasbafica@hotmail.com

Moema de Souza Báfica

UFSB

moemasbafica@gmail.com

Roziane Aguiar dos Santos

UESC

rasantos.ppge@uesc.br

Resumo

Este texto analisa como o gerencialismo aparece nos resumos de teses e dissertações da CAPES sobre o PDE-Escola, identificando a frequência de termos como gerencialismo, processos gerenciais e gerência, para compreender sua influência nas pesquisas sobre políticas educacionais. O gerencialismo surgiu como alternativa para modernizar a administração pública, no contexto da Reforma do Estado brasileiro,. No campo educacional, influenciou políticas como o Programa de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola). Diante disso, surgem as seguintes questões: como o gerencialismo é abordado nas teses e dissertações da CAPES sobre o PDE-Escola? Qual a frequência de termos como “gerencialismo”, “processos gerenciais” e “gerência”? Tais questões destacam a necessidade de investigar a presença e o papel do gerencialismo no PDE-Escola, visando compreender seus desdobramentos na política educacional. Como metodologia, foi realizado um levantamento no banco de teses e dissertações da CAPES, com a palavra-chave “PDE-Escola”. Foram encontrados 45 trabalhos, sendo 38 dissertações e 7 teses. Os resumos foram lidos e os dados organizados em planilha, com informações sobre ano, título, tipo de trabalho, palavras-chave e a presença dos termos relacionados ao gerencialismo. Com a crise do Estado de Bem-Estar Social iniciada na década de 1970, os neoliberais e organismos internacionais promoveram a agenda da necessidade da reforma do Estado como solução para a crise, alicerçando o discurso de que o Estado era grande



e burocrático. Na década de 1990, o ideário da Nova Gestão Pública (NGP) se espalhou por muitos países ocidentais, incluindo o Brasil, que buscou reformar o Estado, rompendo com a fase burocrática e adotando uma nova forma de gerência pública. As implicações da redefinição

do papel do Estado com a globalização permitiram que o setor público buscasse inovações do setor privado para uma gestão mais eficiente e produtiva. A privatização ganhou espaço na agenda política do Estado brasileiro, e o papel do Estado se redefiniu como gerente, indutor e regulador das políticas. Com essas reformulações, o Estado se inseriu no modelo de gestão gerencialista. Para Hypólito (2008), “existe uma estratégia política de reconstrução do Estado de introdução de Novo Gerencialismo e da Nova Gestão Pública (NPM) como um mecanismo baseado na dispersão” (p. 68). A dispersão é explicada pelo autor a partir da ótica foucaltiana, assim sendo, o conceito de dispersão poder entendido como “prática discursiva que cria um amplo e poderoso discurso sobre todas as coisas. Esses discursos dispersados “penetram o gerencialismo em diferentes áreas e setores, transformando várias formas de senso comum e criando novas concepções para estado, mercado, economia, escola pública e administração pública (p. 69)”. Essas novas concepções, impregnadas de senso comum, ganham legitimidade pelas mídias digitais, que disseminam valores a partir da hegemonia, levando os receptores a aceitarem determinados pressupostos como verdades absolutas. O Estado gerencial, segundo Hypólito (2008), é uma tendência hegemônica e conservadora. Para implantá-lo, o neoliberalismo difunde o discurso da crise do Estado de Bem-Estar Social e constrói a imagem de um Estado ineficiente, justificando a reforma. Silva e Carvalho (2014) apontam que os pilares do modelo gerencial na educação são: planejamento estratégico, eficiência, eficácia, controle social, responsabilização e governo eletrônico — este último sendo o elo da Nova Gestão Pública (NGP) com as tecnologias. A NGP incorpora elementos como responsabilização, gestão verticalizada, bonificações ou sanções por metas, e flexibilização nas contratações. O PDE-Escola surge nesse contexto, fruto de um acordo entre o Brasil e o Banco Mundial, como ferramenta gerencial e de conexão entre MEC e escolas (Krawczyk, 2008). Foi institucionalizado via Fundescola e, depois, integrado ao PDE/PAR, permanecendo ativo por meio do PDDE-Interativo. O programa adota princípios como gerência científica, gerencialismo, planejamento estratégico, racionalidade e responsabilização dos gestores. Atualmente, é uma ferramenta digital para que as escolas gerenciem seus problemas com participação da comunidade e administrem os programas vinculados ao MEC. A análise considerou a leitura dos resumos das teses e dissertações, sendo desconsideradas duas dissertações por falta de acesso virtual, totalizando 43 trabalhos (36 dissertações e 7 teses). A



análise foi dividida em dois grupos: palavras-chave e títulos/resumos. Após a organização das palavras-chave, identificou-se sua repetição e frequência. O levantamento revelou que os termos “PDE-Escola”, “política educacional” e “gestão escolar” são os mais recorrentes, aparecendo em 30, 20 e 16 trabalhos, respectivamente, e estão presentes nos títulos dos estudos. Em

contraste, termos ligados ao contexto de criação do programa, como “reforma do Estado” e “planejamento estratégico”, aparecem apenas quatro vezes cada. Considerando o objetivo deste estudo, observou-se que os termos “gerencialismo”, “processos gerenciais” e “gerência” não constam como palavras-chave em nenhum dos trabalhos analisados. Na segunda etapa da análise, foram buscados esses termos nos títulos e resumos. Dos 43 resumos examinados, apenas 15 (13 dissertações e 2 teses) apresentam algum dos termos mencionados. Foram encontrados os seguintes dados: “gerencial” aparece 12 vezes; “gerencialismo”, 3 vezes; e os termos “gerencialista”, “gerenciamento” e “gerenciais”, uma vez cada. Apesar da frequência relativamente significativa, coerente com o caráter gerencial do programa, observa-se uma dificuldade em explicitar de forma clara o gerencialismo como princípio estruturante das atuais políticas educacionais. Os resultados apresentados demonstram que o gerencialismo está presente em apenas 41,9% dos trabalhos analisados. Nesse sentido, embora esse conceito seja estruturante das políticas neoliberais, os resumos analisados não nomeiam claramente que essas políticas são alicerçadas no gerencialismo e na NGP, assim, esses dois conceitos não se apresentam como um pilar estruturante das pesquisas.

Palavras-chave: Gerencialismo. Nova Gestão Pública. Políticas Educacionais. PDE-Escola

REFERÊNCIAS

- HYPÓLITO, Álvaro Moreira. Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 24, n. 1, 2008.
- KRAWCZYK, Nora Rut. O PDE: novo modo de regulação estatal?. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 135, p. 797-815, 2008.
- SILVA, Marcelo Soares Pereira da; CARVALHO, Lorena Sousa. Faces do gerencialismo em educação no contexto da nova gestão pública. **Revista Educação em Questão**, v. 50, n. 36, p. 211-239, 2014.